

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white sans-serif font on a blue rectangular background.

Ser-mercadoria num momento histórico de crise
radical da forma-mercadoria [Being a commodity at a
historic moment of radical crisis of the commodity form]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Wolfart, Graziela
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-19 03:49:21
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158985

Ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria

Giovanni Alves confirma que desde o começo da década de 2000 alterou-se de forma significativa a morfologia do trabalho industrial no Brasil por conta das inovações tecnológicas e organizacionais

POR GRAZIELA WOLFART



Segundo a reflexão do professor Giovanni Alves, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a década de 2000 foi de reorganização do capitalismo brasileiro com as grandes empresas aumentando investimentos produtivos, reordenando suas estratégias de negócios na perspectiva da concorrência internacional acirrada. Para ele, o que se coloca hoje é “a formação da consciência de classe e, portanto, a formação da classe social capaz de promover mudanças históricas profundas no Brasil”. Seguindo seu raciocínio, ele afirma que “na época de crise estrutural do capital, a renúncia do sindicalismo à formação da consciência de classe é deveras muito perversa, pois o que a história está cada vez mais mostrando é que não existe futuro com o capitalismo”. E dispara: “a ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo adquiriu dimensões amplas e intensivas. A lógica da gestão toyotizada invadiu não apenas o chão de fábrica, mas os escritórios e repartições públicas e até

a vida cotidiana (no plano léxico-locucional, por exemplo, trabalhador assalariado tornou-se mero ‘colaborador’, linguagem apropriada por lideranças sindicais). Enfim, a reestruturação produtiva assumiu novas dimensões no plano do controle laboral”.

Giovanni Alves é professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp, Campus de Marília. Livre-docente em teoria sociológica, é mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Atualmente, desenvolve o projeto de pesquisa “A derrelição de Ícaro - Sonhos, expectativas e aspirações de jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil (2003-2013)”. É autor de, entre outros, *Dimensões da Precarização do Trabalho - Ensaios de sociologia do trabalho* (Bauru: Práxis, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como a revolução tecnológica tem afetado o chão de fábrica, pensando na realidade brasileira dos últimos anos?

Giovanni Alves – As grandes fábricas no Brasil têm passado por profundas transformações produtivas nos últimos anos. Desde o começo da década de 2000 alterou-se de forma significativa a morfologia do trabalho industrial no Brasil por conta das inovações tecnológicas e organizacionais. Nos polos mais desenvolvidos da indústria – e também do setor de servi-

ços, as novas tecnologias informáticas de base microeletrônica e tecnologias informacionais em rede alteraram o processo de produção de mercadorias e a organização dos serviços de distribuição e serviços financeiros e telecomunicações.

Se a década de 1990 foi a década da reestruturação produtiva que atingiu de forma disruptiva o mundo do capital e, por conseguinte, o mundo do trabalho no Brasil, então a década de 2000 foi a década de reorganização do capitalismo brasileiro com as

grandes empresas aumentando investimentos produtivos, reordenando suas estratégias de negócios na perspectiva da concorrência internacional acirrada.

A ofensiva do capital adquiriu uma dimensão progressiva no sentido do investimento não apenas em capital fixo, mas principalmente investimentos em novas estratégias organizacionais e de gestão da força de trabalho. Nesse sentido, disseminou-se o que eu denomino o “espírito” do toyotismo, que assumiu um caráter

sistêmico. A “captura” da subjetividade do trabalho vivo adquiriu dimensões amplas e intensivas. A lógica da gestão toyotizada invadiu não apenas o chão de fábrica, mas os escritórios e repartições públicas e até a vida cotidiana (no plano léxico-locucional, por exemplo, trabalhador assalariado tornou-se mero “colaborador”, linguagem apropriada também por lideranças sindicais).

Enfim, a reestruturação produtiva assumiu novas dimensões no plano do controle laboral. Por ironia da história, o “choque de capitalismo” prescrito em 1989 pelo candidato a presidente da República pelo PSDB, Mário Covas, foi aplicado pelo presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, do PT – é claro, não o choque do capitalismo neoliberal, mas sim o choque do capitalismo neodesenvolvimentista.

IHU On-Line – Quais as transformações que a luta operária sofreu no Brasil nos últimos anos? Quais as mudanças de valores pelas quais passaram trabalhadores, empresas e sindicatos?

Giovanni Alves – No contexto do choque de capitalismo neodesenvolvimentista com dominância financeira, a luta operária assumiu um novo perfil político-ideológico. Por um lado, o sindicalismo reavivou-se nos anos do lulismo e as centrais sindicais consolidaram-se institucionalmente. Não podemos deixar de reconhecer a positividade do renascimento sindical no país depois dos anos de chumbo da “década neoliberal”. Foram fechados bons acordos coletivos com reajuste salarial acima da inflação.

Mas, por outro lado, o renascimento sindical possui um caráter perverso no plano da consciência de classe. Primeiro, porque o sindicalismo em geral, com destaque para a CUT, maior central sindical do país, tornou-se um sindicalismo “oficialista”, integrado financeiramente às disposições político-estatais, perdendo não apenas o caráter contestatório da ordem burguesa (o que já ocorrera desde a década de 1990), mas o caráter de crítica da ordem política, na medida em que se identificou com os projetos dos governos **Lula** e **Dilma**. Tornou-se um sindicalismo “chapa branca”.

Aprofundou-se no polo de esquerda social-democrata, o viés concertativo-propositivo e neocorporativo do sindicalismo hegemônico no Brasil. Diante da ofensiva ideológica do capital nos locais de trabalho, os sindicatos ficaram passivos, incapazes de enfrentar o capital no campo da luta ideológica. Pelo contrário, incorporaram o discurso da ordem produtivista, rendendo-se aos valores empresariais. Aliás, na década de 2000, com o choque de capitalismo neodesenvolvimentista, a hegemonia empresarial aumentou no Brasil.

A subordinação do PT

Para não perder espaço político, o PT, partido da ordem e com força protagônica no governo federal, subordinou-se ao discurso vigente. Enfim, a crise ideológica do sindicalismo rendido às idiosincrasias empresariais decorre da crise ideológica do partido hegemônico no movimento sindical: o Partido dos Trabalhadores, subsumido, mais do que nunca, à ordem burguesa hipertardia. A lição da falência da social-democracia na Europa não foi aprendida no Brasil. Aqui, a sucata ideológica da concertação social está a pleno vapor rumo ao abismo (como diria Robert Kurz¹).

¹ **Robert Kurz** (1943-2012): sociólogo e ensaísta alemão, co-fundador e redator da revista teórica *Krisis - Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* (*Krisis - Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria*). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica do Iluminismo e a relação entre cultura e economia. É autor de *O Colapso da Modernização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993) e *Os Últimos Combates* (Petrópolis: Vozes, 1998). A **IHU On-Line** entrevistou Kurz na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, sob o título *A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário*, disponível para download em <http://bit.ly/9fGZ4W>. Na edição 161, de 24 de outubro de 2006, Kurz concedeu a entrevista *Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias*, disponível para download em <http://bit.ly/cPi0xB>. Confira, ainda, as entrevistas *O trabalho abstrato se derrete como substância do sistema*, publicada na edição 188 de 10-07-2006, disponível para download em <http://bit.ly/9Xl3hj>, e *O vexame da economia da bolha financeira é também o vexame da esquerda pós-moderna*, publicada na edição 278 da **IHU On-Line**, de 21-10-2008, disponível para download em <http://bit.ly/ZKvsnZ>. Leia também uma entrevista sobre seu legado, concedida por Ricardo Antunes e Dieter Heidemann

A burocracia sindical não se atentou que a crise profunda do capitalismo no centro desenvolvido do sistema, impulsiona com mais intensidade, a perversão do sindicalismo concertativo de cariz social-democrata, incapaz de conduzir a luta ideológica não apenas entre suas bases de trabalhadores assalariados, mas principalmente na sociedade em geral. O viés neocorporativo isolou, por exemplo, a CUT e os grandes sindicatos das lutas sociais em geral.

O choque de capitalismo neodesenvolvimentista colocou no centro da disputa social e política, a luta ideológica que é essencialmente uma disputa por valores. Com a crise europeia assiste-se à falência irremediável dos valores social-democratas. A perspectiva de um capitalismo humanizado é não apenas uma impossibilidade histórica, hoje, mais do que nunca, mas uma ideologia farsesca que persegue o discurso social-democrata. Enfim, o que se coloca hoje é a formação da consciência de classe e, portanto, a formação da classe social capaz de promover mudanças históricas profundas no Brasil.

IHU On-Line – Com a crise financeira internacional, o Estado de bem-estar social está se esfacelando na Europa. E no Brasil? Que impactos aparecem nesse sentido? Podemos dizer que os direitos sociais e trabalhistas não estão sendo postos em risco em nosso país, diante da crise? E como será dentro de 20 anos, por exemplo?

Giovanni Alves – A crise europeia como crise do Estado de bem-estar social é, depois da queda do muro de Berlim, uma crise histórica ruptural da civilização do capital constituída no pós-guerra. Possui impactos radicais no plano político-ideológico. Com um intervalo de pouco mais de vinte anos, cai por terra mais uma ilusão histórica do século XX: a ilusão social-democrata. Depois da falência da ilusão do socialismo estatal, cai por terra o projeto social da concertação entre capital e trabalho na União Europeia.

à **IHU On-Line**, intitulada *Um crítico da economia política*, publicada na edição número 400, de 27-08-2012, disponível em <http://bit.ly/NZa8ls> (Nota da **IHU On-Line**)

É claro que há tempos, pelo menos desde a implantação da União Europeia em seu formato neoliberal, o modelo de Estado social europeu, construído no pós-guerra, dava sinais de falência social, com o crescimento do desemprego de longa duração, principalmente entre jovens trabalhadores, e a ampliação da mancha de precariedade laboral.

O que presenciamos hoje com a crise da zona do Euro é apenas o tiro de misericórdia no projeto socialdemocrata europeu. Todo social-democrata é hoje um neoliberal envergonhado; ou então, um Dom Quixote de La Mancha pós-moderno incapaz de perceber a falência irremediável do modelo civilizatório do capitalismo concertativo. Na verdade, a crise europeia exige de nós hoje, intelectuais críticos, a crítica radical do modo de produção capitalista e modo de civilização burguesa.

Cenário brasileiro

No caso do Brasil, país capitalista hipertardio e sociedade burguesa dependente e carente de modernização, o tsunami da crise europeia ainda não chegou às nossas praias tropicais. Parte significativa da intelectualidade política e social da esquerda reformista no país ainda está fascinada pelo modelo social europeu ou Estado de bem-estar, o qual hoje nem os próprios europeus acreditam que possa se sustentar nas próximas décadas de desenvolvimento de capitalismo financeirizado.

A mediocridade das nossas lideranças de esquerda reformista é indiscutível. O reformismo social e político no Brasil não se deu conta de que vive uma profunda crise ideológica. Muitos intelectuais neokeynesianos de esquerda acreditam que o modelo neodesenvolvimentista com dominância financeira possa se sustentar por muito tempo, sem expor seus limites irremediáveis como projeto civilizatório.

Os limites do projeto lulista no Brasil, com o aprofundamento da crise europeia e os impasses do capitalismo central sob a hegemonia financeira, tornam-se, com o avançar da conjuntura da década de 2010, cada vez mais explícitos, exigindo medidas mais ousadas de controle social e intervenção na economia (o

que arreperia os escrúpulos da social-democracia quixotesca ou neoliberais envergonhados incrustados no governo).

No Brasil, elo mais forte do capitalismo hegemônico na América Latina, a incapacidade (ou tibieza) da social-democracia em aprofundar reformas de controle social e democratização do sistema político-jurídico e econômico e, *the last but not the least*, o sistema midiático, só abre espaço, como na Europa em crise, para o avanço das forças conservadoras e reacionárias da direita tupiniquim.

Na verdade, é o pêndulo perverso da crise estrutural do capital que, no plano político, oscila entre governos sociais-democratas medíocres e governos conservadores e reacionários impenitentes, que ameaça nos próximos anos os parques direitos sociais dos trabalhadores brasileiros; pêndulo perverso lastreado num sistema político radicalmente corrompido, ineficaz e ineficiente para expressar a representação popular.

Portanto, a maior ameaça aos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros não é a direita reacionária, mas sim a tibieza de parte da esquerda reformista hegemônica incapaz de aprofundar, sem aventuras, mas com ousadia, as reformas sociais no país. É claro que a incapacidade política da esquerda social-democrata deriva estruturalmente da miséria histórica dos intelectuais de esquerda radical no Brasil, incapazes de hegemonia social num cenário de violência simbólica e manipulação midiática historicamente estrutural da direita socialmente organizada.

Enfim, na medida em que não se investe num processo de formação da consciência de classe social capaz de negar o estado de coisas existentes, com uma esquerda política e sindical capaz de travar a luta ideológica, com mais criatividade e menos sectarismo, ampliando alianças sociais e políticas sem perder a radicalidade, fragiliza-se a capacidade de resistência ao tsunami da crise europeia que se aproxima e, ao mesmo tempo, azeita-se a máquina do pêndulo perverso do capital em sua etapa de crise estrutural. Como diria **Marx**, *hic Rhodus, hic salta*.

IHU On-Line – Como podemos interpretar a presença do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no evento de lançamento de um veículo da Ford do Brasil?² Trata-se de uma mudança nas relações entre capital e trabalho na região considerada berço do sindicalismo brasileiro?

Giovanni Alves – Trata-se apenas da comprovação da estratégia de concertação social adotada pelo **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SMABC**. No lugar da luta de classes e do sindicalismo de confronto, o SMABC adotou, há mais de vinte anos, a estratégia do sindicalismo propositivo, negociando com o capital as inovações produtivas no local de trabalho e colaborando com as grandes empresas montadoras. Pode-se dizer que existe uma “parceria” entre as montadoras e o **SMABC**, “parceria conflituosa” que ocasionalmente provoca rugas entre os parceiros, mas nada que abale a confiança ideológica na ideia da concertação social.

Primeiro, é preciso salientar que o sindicalismo brasileiro não nasceu na região do ABC paulista. O que nasceu lá foi o saudoso “novo sindicalismo”, que surgiu nas grandes greves de 1979 e 1980, berço do **PT** e da **CUT**. Entretanto, nos últimos trinta anos, o novo sindicalismo envelheceu muito rapidamente e tornou-se um sindicalismo pragmático, propositivo, neocorporativo e bastante eficaz na prática da negociação coletiva tendo como base a organização por local de trabalho (as comissões de fábrica). O **SMABC** é enraizado nas fábricas e isso é uma singularidade local construída historicamente pela negociação e luta operária. Poucos sindicatos têm essa base nos locais de trabalho.

IHU On-Line – A partir das novas relações de trabalho, podemos identificar ainda uma solidariedade entre classes? O que pesa mais diante das negociações trabalhistas em nossos dias?

Giovanni Alves – As novas relações de trabalho nascem constrangidas pela realidade da crise estrutural do capital que pressiona as empresas

² Saiba mais em <http://bit.ly/WTcBEE> (Nota da IHU On-Line).

a inovarem vorazmente visando garantir melhores custos de produção e pressionam os sindicatos a renunciarem à ideologia da luta de classes e assumirem o sindicalismo propositivo e de colaboração de classes. Visando preservar suas bases, muitos sindicatos aderem de modo pragmático à nova realidade da concorrência capitalista, aproximando-se do horizonte ideológico das empresas. Fazem greve, mas por empresas, evitando politizá-las, isto é, generalizá-las e dar-lhes um conteúdo político-ideológico da luta de classes.

A luta sindical tornou-se mais amesquinhada pelo economicismo, em parte devido às próprias condições da ofensiva do capital na produção que reduziu o poder de barganha de muitos sindicatos; muitas vezes também as novas condições da acumulação capitalista, a acumulação flexível, colocam imensas dificuldades para a negociação coletiva nos termos da preservação da consciência de classe, fazendo com que sindicalistas com baixa formação político-intelectual sucumbam à mediocridade geral, tornando-se meros gestores da força de trabalho e dos negócios capitalistas.

O sindicalismo brasileiro – tal como ocorre na maioria dos países capitalistas – não está preparado para aquilo que **David Harvey**³ intitulou “condição pós-moderna”. O que significa que se fecharam no burocratismo, neocorporativismo e pragmatismo venal, amesquinhando mais ainda a luta sindical (que **Lenin** denominava de “luta cinzenta”). Este fechamento do horizonte ideológico do sindicalismo muitas vezes fez os sindicatos tornarem-se eficazes tecnicamente na negociação coletiva, mas em detrimento da sua capacidade moral-política de formação da consciência de classe. O que pode ser constatado pelo desprezo pela formação sindical com caráter político-ideológico. O caso exemplar é a **CUT** que adotou o discurso da cidadania (sindicato-cidadão) e deixou de lado o discurso da classe trabalhadora como sujeito protagonista da constru-

ção de uma sociedade sem exploradores e explorados.

Mas, como dizemos, a crise da **CUT** é a crise do **PT**. Não adianta responsabilizar o sindicalismo pela crise do intelectual orgânico de classe. Na época de crise estrutural do capital, a renúncia do sindicalismo à formação da consciência de classe é deveras muito perversa, pois o que a história está cada vez mais mostrando é que não existe futuro com o capitalismo. Entretanto, caso não seja construído o sujeito histórico-político de classe capaz de negar o estado de coisas existentes, por meio de um processo de democratização radical da sociedade, a crise capitalista só tenderá a aprofundar mais ainda a barbárie social como modo de reprodução do capital em sua etapa de crise estrutural.

IHU On-Line – O que é o “trabalho ideológico” e como ele pode ser medido, mensurado, avaliado?

Giovanni Alves – Apresentei o conceito de “trabalho ideológico” no meu novo livro – intitulado *Dimensões da precarização do trabalho* (Práxis, 2013). O trabalho, como categoria ontológica fundante (e fundamental) do ser social, é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em movimento séries causais; como disse **Vygotsky**⁴, ele implica tanto instrumentos quanto signos, elementos de mediação das posições teleológicas compositivas do processo de trabalho (**Lukács** diria: posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias).

Todo trabalho humano, incluindo o trabalho ideológico, implica a articulação de instrumentos e signos. Entretanto, no caso do “trabalho ideológico”, os signos tornam-se essenciais para a realização da posição teleológica secundária: por isso a ação sobre outros homens. Na medida em

que se desenvolve a sociedade de serviços e amplia-se a escala dos conflitos sociais, o trabalho ideológico, formado por posições teleológicas secundárias, constitui hoje amplamente a esfera das ocupações profissionais vinculadas à reprodução e controle social.

O trabalho ideológico constitui a natureza material de diversas ocupações profissionais no interior da divisão social do trabalho. Por exemplo, ele caracteriza o trabalho de formação e informação (professores e jornalistas), o trabalho de regulação e normatividade (juizes e policiais), o trabalho de convencimento (publicitários), o trabalho do cuidado (médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais), etc. O trabalho ideológico das profissões vocacionadas exige, do homem-que-trabalha, cuidado, abnegação e doação (como, por exemplo, o trabalho do formador ou o trabalho assistencial). Finalmente, enquanto modalidades de trabalho assalariado no setor privado ou no setor público, elas são regidas pela lógica do trabalho abstrato, subsumindo-se diretamente ou por derivação, aos parâmetros de produtividade. O que significa que, na sociedade do capital, o trabalho ideológico impregna-se da lógica do trabalho estranhado.

Na medida em que a forma material do trabalho ideológico impregna-se da forma social do capital, caracterizada pelo trabalho estranhado, constitui-se uma implicação subjetiva de natureza perversa. O que explica, de certo modo, o crescimento do adoecimento laboral, principalmente transtornos mentais, nas categorias de trabalhadores assalariados vinculados ao “trabalho ideológico”. Devido à sua forma de ser (trabalho imaterial), o trabalho ideológico como trabalho concreto é recalcitrante à quantificação e às medidas da lei do valor. Ele não pode ser medido ou avaliado de acordo com a “régua” da lei do valor. De forma arbitrária, o capital utiliza para avaliar a produção da “saúde” ou “educação, a mesma régua que avalia a produção de carros e salsichas”. Na verdade, os critérios de produtividade do “trabalho ideológico”, imbuídos do produtivismo capitalista, são me-

³ **David Harvey** (1935): geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da IHU On-Line)

⁴ **Lev Semenovitch Vygotsky** (1896-1934): cientista humano bielo-russo. Pensador importante em sua área, foi pioneiro na noção de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida. Veio a ser descoberto pelos meios acadêmicos ocidentais muitos anos após a sua morte, que ocorreu em 1934, por tuberculose, aos 37 anos. (Nota da IHU On-Line)

ros simulacros próprios da época do capitalismo fictício, um capitalismo descolado da própria objetividade da lei do valor-trabalho (que o diga a predominância, hoje, do capital fictício).

Na verdade, como explico no livro, esta é uma das naturezas da crise do capital: a desmedida do valor, tendo em vista que muitas atividades de serviços capitalistas que implicam “trabalho ideológico” não se adequam materialmente à forma social do capital. É o típico caso de inadequação da forma material à forma social do valor, elemento crucial da crise de valorização nas condições da crise estrutural do capital.

IHU On-Line – O que marca as novas formas de controle sobre os trabalhadores contemporâneos? Quais os desafios se considerarmos um controle sobre a subjetividade do trabalhador?

Giovanni Alves – As novas formas de controle sobre os trabalhadores contemporâneos são marcados pelo “espírito” do *toyotismo*, conceito tratado por mim no livro *Trabalho e subjetividade* (Boitempo, 2011). Não se trata meramente de dispositivos organizacionais próprios do modelo japonês, mas sim de uma pleora de valores-fetiches que impregnam o metabolismo social do trabalho estranhado nas condições da acumulação flexível.

O “espírito” do *toyotismo* caracteriza-se então pela “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelas disposições estranhadas do capital. É a lógica da gestão hegemônica não apenas na indústria, mas nos serviços e administração pública, que articula novas modalidades de remuneração baseada em cumprimento de metas e jornada de trabalho flexível, além de uma crescente carga ideológica nos treinamentos que assumem mais um caráter psicológico-comportamental do que técnico-profissional.

Na verdade, os treinamentos das empresas atuam mais sobre o trabalho vivo do que sobre a força de trabalho: treina-se hoje nas empresas mais para se manipular e conformar o operário ou empregado na linha da “autoajuda” empresarial, incutindo-

-lhes valores-fetiches do capital; do que para formar tecnicamente e operacionalmente a força de trabalho. Ao mesmo tempo, *pari passu* ao ambiente do “trabalho em equipe” e a proclamação da ideologia da colaboração, disseminam-se, nos novos locais de trabalho reestruturados, formas perversas de pressão psicológica que os gestores fazem sobre o trabalho vivo (o assédio moral).

No plano do mercado de trabalho, as novas formas de contratação flexível que se disseminam fecham o cerco sobre a subjetividade do trabalhador assalariado na medida em que contribuem para a dessubjetivação de classe, tendo em vista que são os trabalhadores precarizados, trabalhadores assalariados em geral pouco organizados, que perdem o referencial coletivo do em si da classe, ocorrendo, desse modo, a subordinação total da individualidade pessoal à condição de “classe” ou condição de proletariedade.

IHU On-Line – Como ocorre a articulação entre mente e corpo do homem-que-trabalha no século XXI?

Giovanni Alves – Como salientei acima, a ideia de “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pressupõe uma nova articulação entre mente e corpo, muito mais sofisticada do que aquela que havia na época do fordismo-taylorismo. Por isso, a vigência da lógica do *toyotismo* como “espírito” intelectual-moral da gestão capitalista. Com as novas tecnologias de base informacional e a crise estrutural do capital, que produz contradições insanas no plano da produção e reprodução do valor, as estratégias de gestão capitalista baseiam-se cada vez mais no envolvimento do trabalho vivo na produção do capital. É uma perversa ironia da história que o capitalismo da grande indústria, que “negou” o lugar do trabalho vivo na produção de valor, seja obrigado a repô-lo contraditoriamente nas novas condições do desenvolvimento capitalista e produção do capital. É por isso que estamos numa nova forma social de produção do capital que eu denomino (no meu livro chamado *Dimensões da precarização do trabalho*) de “maquinofatura”.

A “maquinofatura” é a forma social no interior da qual o capital, em sua etapa de crise estrutural, re-produz suas candentes contradições. Portanto, a maquinofatura, como a manufatura e a grande indústria, não é apenas um “modelo” de organização da produção de mercadorias, mas principalmente um modo de controle estranhado do metabolismo social e, portanto, de articulação entre mente e corpo. É uma forma de produção social no interior da qual ocorre o desenvolvimento da produção do capital. É a vigência da terceira forma de produção do capital (a maquinofatura) que explica, por exemplo, a presença enquanto momento predominante da reestruturação produtiva do capital, da “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha e das novas formas de estranhamento que dilaceram o núcleo humano-genérico.

Nesse caso, o capital atinge seu limite radical, isto é, o capital atinge a sua própria raiz, o homem, ou melhor, as relações sociais no sentido da constituição/deformação do sujeito histórico como homem-que-trabalha. O *toyotismo* como ideologia orgânica da produção de mercadorias surgiu no seio da maquinofatura, na medida em que a “captura” da subjetividade do homem-que-trabalha pelo capital tornou-se seu nexos essencial. O capitalismo manipulatório inaugura a era da maquinofatura como derivação lógica (e ontológica) da grande indústria.

Ao mesmo tempo, a epidemiologia laboral nas condições históricas da maquinofatura caracteriza-se pelo predomínio do adoecimento da mente, na medida em que o que está sob tensão é (como na manufatura) o homem integral. Entretanto, enquanto na manufatura o que está posto é o homem como força de trabalho, na maquinofatura o que está posto em questão é o homem como trabalho vivo. Nas condições do capitalismo manipulatório opera-se de modo radical a redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria – e pior: ser-mercadoria num momento histórico de crise radical da forma-mercadoria.